

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

Edição nº 1107

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contratos.....	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1107

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 035/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

COMUNICAR

- para os devidos fins, o falecimento do Procurador de Justiça aposentado, Dr. RUY JORGE FREITAS BARROS, ocorrido em 22/01/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 030/2013 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, cientifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR n.º 00001.00012/2013-5.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de janeiro de 2013.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 031/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial J.F.M. e J.E.S, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 00829.00028/2004, instaurado com o objetivo de investigar possíveis irregularidades apontadas no Processo Administrativo nº 0101077056, instaurado pelo Banco Central contra o Banrisul S/A e seus administradores à época, referentes a operações de crédito temerárias e elaboração de demonstrações financeiras em desacordo com as normas regulamentares.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de janeiro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 032/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento das Peças de Informação n.º 00829.00071/2012, instauradas a partir de representações apresentadas por participantes do concurso público para preenchimento de vagas no cargo de Capitão da Brigada Militar do Estado do RS, regulado pelo Edital DA/DRESA nº CSPM 01-2011-2012, denunciando irregularidades ocorridas na 4ª fase do certame, durante a aplicação dos exames psicológicos, em que representados a Brigada Militar e FDRH.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de janeiro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 036/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria n.º 2633/2008, que designou a servidora ANA PAULA BRAUWERS, Agente Administrativo, ID n.º 2666502, para exercer, em substituição, o Cargo em Comissão de Assessor Superior II, CC-10, na forma de Função Gratificada, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular, Cláudio Gilberto Olsson Filho (Port. 0179/2013).

DESIGNAR

- a servidora DANIELE FEIJÓ UFLACKER, Assessor Especial I, ID n.º 3448126, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular, Cláudio Gilberto Olsson Filho (Port. 0181/2013).

- a servidora ROCHELE PEREIRA CABRERA, Agente Administrativo, ID n.º 3447146, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Assessor Especial, FG-08, deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais da titular, Ana Paula Brauwiers (Port. 0182/2013).

- a contar de 02 de janeiro de 2013, os servidores LUCIANO FIN BARTH, Auxiliar Administrativo, ID n.º 3428702 e LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA, Assessor Especial II, ID n.º 3448827, para, sob a presidência do primeiro, comporem a



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1107

Comissão para Inventário de Valores da Unidade de Pagadoria (Port. 0184/2013).

ATRIBUIR

- encargos de chefia administrativa da Secretaria da Coordenação Administrativo-Educacional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, à servidora ANA PAULA BRAUWERS, Agente Administrativo, ID n.º 2666502 (Port. 0180/2013).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 02 (dois) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora ÂNGELA CATI DOS SANTOS SOUZA DARGEN, Agente Administrativo, ID n.º 3029441, registrada no Boletim n.º 086-/2008, publicado no DEMP de 16/06/2008, referente ao quinquênio de efetividade de 06/05/2003 a 03/05/2008, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 05/12/2012 – PR.00924.00172/2012-3 - Port. 0185/2013).

ADITAR

- a Portaria 0142/2013, que tornou sem efeito a portaria de nomeação de MARCUS DANIEL ZUANAZZI para exercer o cargo de Técnico de Áudio, Classe "M", deste Órgão, para constar que o mesmo optou por última chamada, nos termos do parágrafo único, do art. 16, da Lei Complementar 10.098/94 (Port. 0183/2013).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 25/01/2013, no cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, ADRIANA CLAUDIA SILVESTREIN, tendo entrado em exercício em 25/01/2013.

- habilitado para tomar posse, a contar de 24/01/2013, no cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, DANIELA DE PAULA ROSA, tendo entrado em exercício em 25/01/2013.

- habilitado para tomar posse, a contar de 24/01/2013, no cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, EDUARDO MARÇAL NUNES, tendo entrado em exercício em 25/01/2013.

ALTERAR

- o nome da servidora BIANCA CARNEIRO CANUSO, para BIANCA CANUSO WONDRACEK, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

DANIELA FETTERMANN SCHULTZ,
Diretora-Geral Substituta.

SÚMULA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO N.º 11899-09.00/07-9

LOCADORA: NORMA VENDRUSCOLO E ARY ALEXANDRE GIRON; **OBJETO:** locação, por 06 (seis) meses, a contar de 28 de janeiro de 2013, do imóvel situado na Av. Pará, n.º 914, bairro São Geraldo, em Porto Alegre, com área aproximada de 376,56m², destinado à instalação das oficinas da Unidade de Manutenção desta

instituição.; **VALOR MENSAL:** R\$ 5.351,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.36, Rubrica 3614; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 24 de janeiro de 2012.

DANIELA FETTERMANN SCHULTZ,
Diretora-Geral Substituta

EDITAL N.º 025/2013

REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 026/2013

REMOÇÃO DE ASSESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 006/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00864.00043/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Carlos Augusto Cardoso de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de averiguar indícios de superfaturamento e direcionamento de licitação.

2) Inquérito Civil, nº 00763.00043/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassino Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possível ocorrência de irregularidade em procedimento licitatório.

3) Inquérito Civil, nº 00763.00045/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassino Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possível ocorrência de irregularidade no cumprimento de horário e função de Cargo em Comissão.

4) Inquérito Civil, nº 00763.00047/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassino Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar possível ocorrência de improbidade administrativa.

5) Inquérito Civil, nº 00864.00044/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Carlos Augusto Cardoso de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de averiguar indícios de superfaturamento e direcionamento da licitação.

6) Inquérito Civil, nº 00864.00045/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Carlos Augusto Cardoso de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de averiguar indícios de superfaturamento e direcionamento de licitação.

7) Inquérito Civil, nº 00711.00078/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi De Farias, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar a má prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

8) Inquérito Civil, nº 00711.00079/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi De Farias, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar a má prestação do serviço público de telefonia fixa e móvel pelas operadoras.

9) Inquérito Civil, nº 00829.00051/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Heringuer Junior, Geraldo Jung Messa, Carlos Roberto Lima Paganella, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no repasse devido pelo Estado do RS ao IPERGS.

10) Inquérito Civil, nº 00829.00147/2006, instaurado pelo Promotor de Justiça Frederico Schneider De Medeiros, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar eventual apropriação de dinheiro público, de que os representados tinham posse em razão da função pública.

11) Inquérito Civil, nº 00829.00045/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Diomar Jacinta Rech, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades em contrato firmado entre empresas.

12) Inquérito Civil, nº 10/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Bernstein Iriart, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no DAER.

13) Inquérito Civil, nº 01203.00007/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Aureo Rogério Gil Braga, da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades na contratação de serviços em caráter emergencial para a construção de nova casa prisional no Município de Canoas/RS.

14) Inquérito Civil, nº 00829.00037/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar ato de Improbidade Administrativa consistente na prática do crime de tráfico de influência e recebimento de indevida vantagem.

15) Inquérito Civil, nº 00829.00046/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no âmbito do DAER-RS, referentes à manutenção de servidor em desvio de função.

16) Inquérito Civil, nº 00829.00015/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar irregularidades ocorridas no âmbito do DAER.

17) Inquérito Civil, nº 00829.00056/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Bernstein Iriart, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades na execução de contrato.

18) Inquérito Civil, nº 00829.00095/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades na contratação de implantação, customização, manutenção, fornecimento e transferência de tecnologia de software.

19) Inquérito Civil, nº 00829.00018/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Alberto Tedesco, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades em concorrência, promovida pelo Banrisul, para contratação de serviços de publicidade.

20) Inquérito Civil, nº 00829.00019/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Maria Ribeiro Alice, da Promo-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1107

toria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades cometidas por servidores da Assembleia Legislativa.

21) Inquérito Civil, nº 00725.00002/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa.

22) Inquérito Civil, nº 00725.00003/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, investigar a contratação ilegal (terceirização) de servidores públicos.

23) Inquérito Civil, nº 00908.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de investigar eventual ato de improbidade administrativa.

24) Inquérito Civil, nº 00723.00012/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar atos ímprobos.

25) Inquérito Civil, nº 00829.00011/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de analisar descumprimento da aplicação exclusiva dos recursos das multas de trânsito em fiscalização, sinalização e educação para o trânsito.

26) Inquérito Civil, nº 00806.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar a responsabilidade do ex-Gestor Público Municipal, consistentes em eventuais irregularidades em procedimento licitatório.

27) Inquérito Civil, nº 00710.00002/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar fraude em licitações.

28) Inquérito Civil, nº 00725.00004/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, com a finalidade de investigar a contratação ilegal (terceirização) de servidores públicos.

29) Inquérito Civil, nº 00732.00002/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de verificar hipótese de ocorrência de atos de improbidade administrativa.

30) Inquérito Civil, nº 00888.00001/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, com a finalidade de averiguar ato de improbidade administrativa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de janeiro de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.